

## PRIVATIZAÇÃO DE TERRAS DA UNIVERSIDADE RURAL

### Empresa propõe convênio à UFRRJ para construção de retropátio no campus

IMAGEM: MRS Logística S/A

Localização do Retropátio de Santa Rosa  
Malha da MRS na região da UFRRJ



MRS

#### Assembleia da ADUR-RJ

29/9/11  
(quinta-feira),  
às 9h, no  
Gustavão

#### PAUTA:

1. Eleições ADUR-RJ
2. Condições de trabalho na UFRRJ (pauta local de reivindicações)

**PARTICIPE!**

A imagem acima reproduz a página 26 da proposta de convênio apresentada pela empresa MRS Logística S/A à UFRRJ, no dia 19 de agosto de 2011, para construção do retropátio (parque de manobras de trens de carga) Santa Rosa

## ADUR-RJ CONVIDA PARA O SEMINÁRIO:

### USO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS E OS DESAFIOS DO PLANO DIRETOR DA UFRRJ: O CASO DA MRS

COM A PRESENÇA DOS PROFESSORES:

- \*CÉSAR AUGUSTO DA ROS – UFRRJ/ICHS
- \*HUMBERTO KZURE-CERQUERA– UFRRJ/IT
- \*JOSÉ DOMINGUES GODÓI FILHO – UFMT

DIA 04/10 (TERÇA-FEIRA), ÀS 9H,  
NA SEDE DA ADUR-RJ S. SIND.

## MERCANTILIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

### Convênio com MRS preocupa ADUR-RJ

A Administração Superior da UFRRJ estuda firmar um convênio, com empresa da iniciativa privada, para a instalação de um retopátio (parque de manobras de trens de carga) no campus de Seropédica. De acordo com deliberação nº3 do Conselho Universitário (03 /3/11), a Rural tem analisado a viabilidade de estabelecer um contrato de cessão, de cerca de 40 hectares de suas áreas, com a Empresa MRS Logística S.A.

A empresa – que é responsável pelo transporte de minério de ferro e produtos correlatos pela linha férrea que corta o campus – tenta obter as terras da Rural, em regime de comodato. O intuito é garantir vazão ao transporte de carga em direção ao Porto de Itaguaí e adjacências. Inicialmente, o prazo de vigência do convênio seria de 30 anos, prorrogáveis por mais três décadas.

A proposta de formalização do convênio foi apresentada à Universidade pela empresa MRS no dia 21 de junho de 2010. Um ano depois, durante a 169ª Reunião do Conselho Universitário - CONSU, foi criada uma Comissão para analisar o tema. A Comissão é composta pelos docentes Cesar Augusto da Ros (IHS), Fernando A. Curvello (IZ), Heber dos Santos Abreu (IF) e

por um representante de cada segmento da Universidade.

Em 15/08/11, o Prof. Cesar da Ros sistematizou algumas considerações sobre o tema em um documento intitulado “Análise preliminar da solicitação de convênio da MRS Logística S.A. e a UFRRJ”, que, foi devidamente encaminhado aos docentes, por e-mail, pela Diretoria da ADUR-RJ. Pelo material, o docente aponta uma série de questionamentos sobre o convênio, salientando que a iniciativa trará impactos a curto e a longo prazo para a UFRRJ.

#### ADUR-RJ já se manifestou contra o convênio

Em 11/05/11, a ADUR-RJ enviou ofício à presidência do CONSU para posicionar-se de forma contrária ao convênio em tela, por entender que ele promove a privatização do espaço público. A ADUR chamou atenção sobre a possibilidade deste empreendimento favorecer o escoamento do lixo para o CTR Santa Rosa (Central de Tratamento de Resíduos).

A seção sindical compreende que a iniciativa propiciará impactos multidimensionais para a comunidade, que

ainda não está devidamente esclarecida sobre o convênio.

Em assembleia de 31/8, a ADUR-RJ externou sua preocupação com o tema complexo, indicando que convocaria a comunidade universitária para debater o assunto.

Em panfleto, a ADUR-RJ afirma que “com esse tipo de instalação, projetos acadêmicos futuros estarão comprometidos em definitivo. A iniciativa consiste em mais um inaceitável ataque privatista à Universidade, que, somente será possível com a cumplicidade de nossos dirigentes e a omissão da comunidade.

A ADUR-RJ e toda comunidade continuam lutando contra a instalação do aterro sanitário nos limites do campus – o que também poderá comprometer o ensino, a pesquisa e a extensão na Rural. Os ataques ao espaço público se intensificarão, principalmente se considerarmos a gradual valorização das terras, patrimônio da UFRRJ. Para defendermos a Universidade, necessitamos de salvaguardas como um plano diretor consistente e maior ação administrativa. Avaliamos que não há preço que pague o papel da universidade para o povo brasileiro”.

## ASSEMBLEIA DA ADUR-RJ/ ASSUNTOS JURÍDICOS

### Listagem com ganhos estimados de 28,86% chega ao final de setembro



Foto: Leonardo Martins

No dia 14/9, Marcelo Chaiério (foto), assessor jurídico da ADUR-RJ, compareceu à Rural para assembleia com os docentes. Ele discorreu sobre os dois pontos

de pauta: 1) 28,86% - critérios de correção dos valores devidos; 2) insalubridade e periculosidade: conversão de tempo de serviço.

Em relação à ação dos 28,86% – encerrada para novas adesões à causa –, o advogado disse que há duas possibilidades para correção dos valores devidos, conforme os autos do

processo. Um deles é pelo índice da poupança do período anterior a 1994 - que renderiam montantes extremamente maiores e, por isso, improváveis de serem pagos. Outro caminho é seguir os índices da tabela da Justiça, muito mais plausíveis, segundo Marcelo Chaiério.

Os professores deliberaram pelo cálculo dos valores conforme a tabela do judiciário. O advogado, então, prometeu entregar, até o final de setembro deste ano, uma listagem com os valores estimados que os docentes têm a receber, com base nos índices do judiciário.

#### INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE

Em relação à insalubridade e à periculosidade, o advogado sugeriu que os docentes que trabalharam sob tais condições

solicitassem à Administração Superior a averbação deste período para a aposentadoria, de acordo com a Orientação Normativa do Nº 10, de 05 de novembro de 2010. Para tanto, o assessor jurídico disponibilizará o modelo deste documento, que deverá ser encaminhado pelo professor à Reitoria da Universidade. O DOCENTE PODE OBTER CÓPIA NA SEDE OU NO SITE DA ADUR-RJ.

Segundo o advogado, é muito provável que a Rural acate o pleito dos professores. Caso não o faça, é possível resguardar os interesses dos docentes por meio de um mandado de injunção, com base na mesma normativa.

Porém, primeiro é necessário recorrer aos meios administrativos e aguardar um posicionamento da Administração Superior.

## ACORDO EMERGENCIAL COM O GOVERNO

### Diretoria da ADUR-RJ divulga nota sobre acordo emergencial firmado com o governo

Ao final de agosto deste ano, o ANDES-SN e outras entidades representativas assinaram um acordo com o governo federal, que, embora não recupere a corrosão dos salários, garante ao menos conquistas de reivindicações históricas da categoria. Pelos termos do documento, os docentes receberão, em março de 2012, 4% sobre o Vencimento Básico, após a incorporação da gratificação, e também sobre a Retribuição por Titulação (RT), tanto para docentes do Magistério Superior quanto do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT). Além disso, a aplicação do acordo será garantida tanto para os ativos quanto para os aposentados.

As negociações com o governo não

envolviam reajuste salarial, pois, o mesmo deve se dar para toda a categoria dos servidores públicos federais (SPF) e este processo já estava encerrado em julho deste ano. O governo já havia decretado que não haveria reajuste salarial para os SPF em 2012.

As discussões passaram a ser tratadas pelo governo, como "correção de distorções salariais".

Quando consultada pela Direção Nacional, a Assembleia da ADUR-RJ foi contrária a assinatura deste acordo e tal posição FOI SUSTENTADA PELOS

NOSSOS REPRESENTANTES NA REUNIÃO DO SETOR DAS FEDERAIS.

A decisão foi tomada nacionalmente, quando representantes de 19 seções sindicais contra nove encaminharam pela assinatura do acordo. Para mais conhecimento, leia a matéria intitulada "Acordo garante reivindicações históricas e possibilita reestruturação da carreira", disponível em [www.adur-rj.org.br](http://www.adur-rj.org.br) ou [www.andes.org.br](http://www.andes.org.br)

Seropédica, 22 de setembro de 2011.  
Diretoria da ADUR-RJ

**ACESSE [www.adur-rj.org.br](http://www.adur-rj.org.br) E LEIA A ENTREVISTA DA PRESIDENTE DO ANDES-SN SOBRE O ACORDO FIRMADO COM O GOVERNO.**

### Em clima tenso, ANDES-SN e governo iniciam discussões sobre a carreira docente

Dia 14/9, houve a primeira reunião entre o ANDES-SN, o governo e entidades representativas, para discutir a reestruturação da carreira docente. Apesar do texto do acordo especificar que comporiam o grupo de trabalho, o ANDES-SN, o Proifés e demais entidades representativas, o Secretário de Recursos Humanos do MP, Duvanier Paiva, se recusou a autorizar a participação do Sinasefe, sob a argumentação de que não negociaria com grevistas.

Os dirigentes não concordaram e Duvanier Paiva tentou suspender a reunião, mas as entidades se manifestaram contrárias, pois o acordo firmado previa que o encontro deveria acontecer naquela data.

Após muita tensão, Paiva disse que abordaria num primeiro momento a portaria que estabelece o grupo de trabalho e depois o decreto que trata da progressão dos docentes do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (Ebt). Antes, o ANDES-SN questionou o governo acerca da tabela errada, anexa ao projeto de lei que foi encaminhado ao Congresso, referente ao acordo emergencial firmado no final de agosto, que não corresponde àquela anexada à minuta do acordo.

O secretário admitiu o erro por parte do MP e sustentou a validade da tabela do acordo. Ele se comprometeu a encaminhar documento às entidades explicando o erro e qual será o procedimento para retratação do mesmo.

A segunda questão levantada pelas entidades foi a novidade apresentada pelo governo na seção 24 do projeto de lei encaminhado no dia 31 de agosto ao Congresso. O documento estabelece uma nova legislação referente a insalubridade, alterando o artigo 68 Regime Jurídico Único (RJU), questão que não foi tratada nem na mesa geral de negociação dos servidores públicos federais, nem na específica com os docentes. A nova lei determina valores nominais para a indenização de insalubridade e desvincula do benefício do vencimento base.

Questionado, Paiva informou que o assunto foi tratado nos fóruns de saúde dos servidores. Segundo ele, a questão se refere a gestão de pessoal e não está relacionada com o acordo específico da categoria docente. O secretário foi enfático ao afirmar que o governo não mudará sua proposição, a qual vale para o conjunto dos servidores.

Após muito debate, o representante do governo se manteve irredutível, afirmando que só se compromete a encaminhar o que for acordado naquela mesa. Ele disse que, em outros assuntos, o governo fará valer sua política.

Frente à postura do secretário, o ANDES-SN ressaltou que o clima posto na mesa era muito difícil, pois coloca em questão a própria validade do processo do grupo de trabalho. Para o Sindicato Nacional, a posição do governo leva a um grave retrocesso em um direito social.

Em seguida, o governo apresentou a regulamentação da carreira de Ebt. As entidades questionaram o conteúdo do decreto, que segundo avaliação da exorbita e distorce a legislação, ferindo direitos já garantidos por lei aos professores.

Diante do exposto, o governo se comprometeu a reunir representantes da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) e da Secretaria de Educação Superior (Sesu) do MEC para avaliar as proposições e análises críticas das entidades. O tema será retomado numa reunião específica em 6 de outubro.

Em relação a metodologia para o debate de reestruturação da carreira docente ficou determinado que o grupo de trabalho (GT) terá três representantes titulares e dois suplentes por entidade. A participação nas oficinas será aberta. Paiva condicionou a presença do Sinasefe no grupo ao término da greve da entidade.

#### Confira o calendário do GT e das oficinas:

- \*13/10 - apresentação das propostas;
- \*27/10 - reunião do GT para problematizar, identificando convergências e elaborar alternativas (se possíveis) para as divergências das propostas;
- \*24/11 - oficina para discutir os pontos divergentes;
- \*01/12 - reunião do GT trabalhar a síntese das divergências buscando afunilar proposições, se possível;
- \*8/12 - reunião da mesa de negociação para avaliação do processo e elaboração de relatório

## VITÓRIA DOS ESTUDANTES DA UFF

### Após ocupação, reitoria cede às reivindicações estudantis

Aproximadamente 500 estudantes ocuparam a reitoria da Universidade Federal Fluminense - UFF, no dia 31/8, após a interrupção do Conselho Universitário - CUV. Na pauta discente, há pontos como a interrupção das obras da Via Orla e da Via 100 (via pública que passaria por dentro da UFF), uma expansão que não seja precarizada, com mais professores, o cumprimento imediato do resultado do plebiscito que determinou a proibição dos cursos pagos na instituição. Além disso, pretendiam alertar a comunidade para pautas nacionais, como a defesa de 10% do PIB para a educação pública.

No dia 5/9, um oficial de Justiça chegou à reitoria com um mandado de reintegração de posse, acompanhado de alguns policiais. Ao longo do dia, a tensão foi crescendo na mesma medida que o contingente policial na porta da reitoria. À noite, quando os manifestantes realizavam uma assembléia com cerca de 800 estudantes, o reitor Roberto Salles decidiu suspender o mandado e receber uma comissão.

Apesar da resistência inicial, durante



Fotos: ADUFF

a reunião, a reitoria cedeu à maioria das reivindicações dos estudantes, como a suspensão imediata das obras da Via Orla, o cancelamento da aprovação *ad referendum* do acordo com a prefeitura para a construção das vias no *campus* do Gragoatá, e a suspensão de matrículas nos cursos pagos, entre outras.

Mesmo com o bom resultado da reunião, as forças policiais voltaram para a porta da

reitoria, informando que tinham pressa em fazer a reintegração de posse, e sinalizando a possibilidade de usar a força. Os estudantes organizaram uma saída pacífica, ao mesmo tempo em que comemoravam o acordo obtido. De qualquer maneira, os discentes acompanharão o cumprimento de cada um dos itens do acordo.

FONTE: ADUFF, com adaptações

### Campanha "10% do PIB para Educação Pública, Já!" lança abaixo-assinado online



As entidades que encabeçam a campanha pela aplicação imediata de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) na educação pública lançaram uma petição online.

O objetivo do abaixo-assinado é envolver a sociedade civil e conseguir ampla adesão ao movimento.

O texto da petição lembra que a educação é um direito fundamental de todos e dever do Estado. Convida o signatário a participar da campanha nacional unificada "10% do PIB para a Educação Pública, Já!", integrar os comitês de Campanha estaduais, ajudar a promover aulas públicas no dia 15 de outubro e divulgar o plebiscito popular em novembro.

A campanha inaugurou também um blog (<http://dezporcentoia.blogspot.com/>), no qual é possível ter acesso aos documentos da campanha como o manifesto nacional "Por que aplicar 10% do PIB na educação pública?", e criou o endereço de e-mail ([campanha.dezporcentodopibja@gmail.com](mailto:campanha.dezporcentodopibja@gmail.com)), através do qual pessoas e entidades interessadas em aderir ao movimento poderão entrar em contato com os organizadores. Para assinar a petição online, vá ao site: <http://www.peticaopublica.com.br/?pi=P2011N13990>

FONTE: ANDES-SN

## VANDALISMO NA UFRRJ

### Biblioteca e SINTUR foram alvos de pichadores



No dia 6/9, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação - SINTUR e a Biblioteca da UFRRJ apareceram pichados. Leonir Resende, Nilton Cortes e Dércio Alves, coordenadores gerais do Sindicato, entenderam que o ato foi mais uma represália à greve da categoria, que se estende para além de 90 dias. O governo diz que não negociará com os servidores enquanto eles estiverem em greve.

"Não é a primeira vez que somos alvos desse tipo de atitude. Primeiro, arrancaram nossas faixas pela Universidade, depois, jogaram lixo na porta do Sindicato e agora, picharam a sede e quebraram o vidro de uma das janelas", disse Dércio.



Em caráter emergencial, a Diretoria providenciou câmeras para o SINTUR. A sede também já foi pintada. "Não temos como acusar alguém. Não sabemos que foi. De qualquer forma, achamos que o autor deste ato de vandalismo é membro de um grupo isolado. Temos procurado dialogar com todos os segmentos da Universidade de forma respeitosa", reafirmou.

Fotos: Aline Pereira